

Fernando Henrique adia o anúncio das medidas de estabilização econômica

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deverá anunciar aumento da tributação sobre o setor financeiro com a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro dos Bancos de 23% para a faixa de 30%. Ontem, o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB/RS), disse: "Pelo que eu conheço do presidente, eu sei que ele gostaria que as medidas econômicas atingissem mais o setor financeiro, com uma maior carga tributária". O presidente do PMDB, deputado Luiz Henrique (PMDB/SC), também comentou que o partido espera que as medidas econômicas tragam "maiores encargos sobre o setor financeiro e algumas contrapartidas de políticas sociais", conforme relato do repórter Eduardo Hollanda, deste jornal.

O ministro adiou para possivelmente o início da semana que vem o pronunciamento que faria nesta

quinta-feira (amanhã) à Nação, para expor a segunda fase do programa de estabilização, com a criação do indexador novo que, num prazo de poucos meses, se transformaria numa nova moeda.

O pronunciamento foi adiado porque faltam aspectos do programa a decidir e deverá ser feito somente no início da próxima semana. Haveria condições, do ponto de vista da conclusão de todas as medidas, de o ministro falar à Nação nesta sexta-feira próxima, mas pode não ser uma boa data, já que coincidiria com a esperada prisão do tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor, Paulo César Farias.

Somente ontem à noite, depois de retornar de Toronto (Canadá) é que o ministro da Fazenda recebeu, do ministro interino da Sepplan, Raul Jung man, o projeto de lei do orçamento de 1994, já com os cortes de US\$ 22,19 bilhões distribuídos por todas as rubricas e pelos ministérios. A dotação orçamentária para al-

guns ministérios, com Bem Estar Social e Integração Regional, são tão pequenas que já contam com a extinção desses programas por eles administrados.

Hoje pela manhã, Fernando Henrique reúne-se com o ministro da Secretaria de Administração Federal, Romildo Canhim, para acertar os detalhes da reforma administrativa embutida no programa fiscal. À tarde, às 17h30, Fernando Henrique leva o projeto de lei orçamentária ao presidente Itamar Franco.

O novo orçamento juntamente com a emenda constitucional — que propõe a retenção de 15% das verbas totais, inclusive das transferências aos estados e municípios, para compor uma fonte de receita adicional (fonte 199) e a elevação das alíquotas de todos os impostos e contribuições em 5% — formam a moldura da política fiscal de 1994, num arranjo emergencial e temporário, para zerar o déficit operacional.

A área econômica acha que, quando o ministro

anunciar a disposição do governo de agir diretamente contra a inflação — através de um novo indexador, que ainda não tem nome nem data certa para começar a vigir (pode ser em 1º de janeiro), atrelado ao câmbio, e que se transformaria, em pouco tempo, numa verdadeira moeda condicionando essa medida à aprovação do projeto de lei do orçamento e da emenda constitucional, estará reduzindo as eventuais resistências do Congresso à aprovação das providências fiscais, que são mais amargas.

Aliás, embora as reações do Congresso, dos governadores e empresários não tenham sido as melhores possíveis, a equipe do Ministério da Fazenda acha que ferrem alguns decibéis abaixo do que imaginaram. "Chegamos a pensar que nos jornais do final de semana (o último) seriam publicados manifestos de governadores contra as medidas. Mas o que houve foram reações isoladas e absolutamente compreensíveis", avaliou um assessor.